

Em 23 de junho de 2026, às 13:00h, realizou-se a reunião ordinária do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social do Município de Sarzedo – IPRES, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Educação, com a presença da Sra. Cléia Lemos Barroso Teófilo da Silva, do Sr. Fábio Henrique Gomes e da Sra. Valdirene Araújo Lacerda Santos. Inicialmente, a Sra. Cléia apresentou o **Relatório da Carteira de Investimentos** referente ao mês de **maio de 2026**, informando que o **patrimônio** do IPRES somava R\$164.699.208,42, distribuídos em R\$137.277.868,06 em renda fixa, R\$17.160.812,61 em renda variável, R\$8.920.530,90 em fundos estruturados, R\$1.243.996,85 em investimentos no exterior, e R\$96.000,00 em disponibilidade Financeira. Em seguida, foi realizada a análise do enquadramento da carteira conforme os limites estabelecidos na Política de Investimentos e na Resolução CMN nº 5.272/2025, sendo identificados apenas desenquadramentos passivos permitidos pelo prazo de até dois anos. Posteriormente, constatou-se que a carteira apresentou **rentabilidade** de 0,49% no mês e 5,80% no acumulado do exercício, frente à meta anual de 5,60%, resultando em **Gap** negativo no mês de de -0,55%, no entanto performando positivo no acumulado anual em 0,20%. Na continuidade, foi apreciado o **Relatório de Risco**, com análise dos indicadores de risco de mercado, destacando-se o VAR de um dia útil em 0,27%, conforme Dashboard da consultoria. No Relatório de Riscos de Mercado verificou-se que o VAR atingiu 1,24% no mês e 4,30% em doze meses, demonstrando-se inalterado em relação ao período anterior. A volatilidade registrou 0,65% no mês e 2,08% em doze meses, também apresentando elevação. O índice de Treynor foi apurado em -0,57% no mês e 0,03% em doze meses, indicando queda. O Drawdown alcançou 0,12% tanto no mês quanto no acumulado de doze meses, evidenciando redução frente ao período anterior. Já o índice de Sharpe apresentou -3,52% no mês e 0,20% em doze meses, demonstrando diminuição em comparação ao mês anterior. O **risco de crédito** permanece sendo acompanhado mediante diversificação dos investimentos e análise dos ratings das instituições financeiras, inclusive com elaboração de relatórios semestrais destinados à verificação de diligência e lastros. O **risco de solvência** segue adequado conforme a avaliação atuarial e o estudo de ALM do IPRES. O **risco sistêmico** continua sendo monitorado em razão da estabilidade do sistema financeiro nacional e das oscilações do cenário internacional. O **risco reputacional** é acompanhado por meio de monitoramento contínuo de informações relacionadas às instituições financeiras. O risco operacional é avaliado com base nas práticas de governança adotadas pelos gestores e administradores, abrangendo regulamentos, políticas de risco, segregação de funções e transparência. O **risco legal** é monitorado através da verificação permanente da conformidade das operações com a legislação vigente e suas alterações. Quanto ao **risco de liquidez**, verificou-se que permanece dentro

20
1
trinta

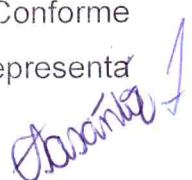
dos limites estabelecidos, considerando o cálculo atuarial apresentado. Os recursos estão distribuídos em 85,65% com liquidez entre zero e trinta dias; 5,97% entre um e dois anos; 5,25% entre trinta e um e cento e oitenta dias; 2,09% acima de dois anos; 0,87% entre cento e oitenta e um e trezentos e sessenta e cinco dias; e 0,16% em fundo FIP com regras específicas de liquidez. Durante a análise dos riscos, foi novamente constatado o desenquadramento passivo dos fundos de crédito privado e dos investimentos no exterior, os quais poderão permanecer na carteira pelo prazo de até dois anos, conforme previsto na Resolução CMN nº 5.272/2025. Prosseguindo, foi analisado o **Relatório Focus** do Banco Central, divulgado em 22 de junho de 2026, contendo as seguintes projeções: IPCA em 5,33%, mantido há quinze semanas; PIB em 1,98%, mantido há cinco semanas; taxa de câmbio em R\$5,20, com previsão a uma semana; e Taxa Selic estimada em 14,00% ao final de 2026, com expectativa de 12,00% para dezembro de 2027 e 10,25% ao final de 2028. Logo depois, os membros do Comitê discutiram o **cenário econômico** global e nacional, onde registram os seguintes fatos relevantes. No cenário internacional, o mês foi marcado pela manutenção das incertezas econômicas e geopolíticas. Nos **Estados Unidos**, o Federal Reserve manteve a taxa de juros entre 3,50% e 3,75% ao ano em sua primeira reunião sob a presidência de Kevin Warsh, sinalizando, contudo, a possibilidade de novas elevações dos juros ao longo de 2026 diante da persistência das pressões inflacionárias e da resiliência do mercado de trabalho norte-americano. A expectativa de manutenção dos juros em patamar elevado fortaleceu o dólar e reduziu o apetite dos investidores por ativos de maior risco, especialmente em mercados emergentes. Adicionalmente, os conflitos no Oriente Médio elevaram a volatilidade dos mercados globais ao longo do período, provocando preocupações quanto aos impactos sobre os preços internacionais da energia e seus reflexos inflacionários. Embora sinais recentes de redução das tensões tenham amenizado parte das preocupações, os riscos inflacionários permanecem presentes nas principais economias globais. Na **Europa**, a atividade econômica segue apresentando crescimento moderado, enquanto a inflação continua em processo gradual de convergência para a meta do Banco Central Europeu. Diante desse cenário, o BCE vem adotando uma postura de flexibilização monetária, promovendo reduções graduais nas taxas de juros ao longo de 2026, após o ciclo restritivo implementado nos últimos anos para conter a inflação. Apesar dos avanços no controle dos preços, a autoridade monetária mantém cautela em relação aos riscos decorrentes das tensões geopolíticas, especialmente no Oriente Médio, e dos possíveis impactos sobre os custos de energia. A redução dos juros na região busca estimular a atividade econômica, o crédito e os investimentos, em um ambiente ainda marcado por crescimento modesto e incertezas externas. Em relação à Ásia, na **China**, o Banco Popular da China (PBoC) manteve suas

du
1

principais taxas de juros de referência inalteradas, confirmando a estabilidade pelo 13º mês consecutivo. A taxa de juros de curto prazo para empréstimos de 1 ano está fixada em 3,00% ao ano, enquanto a taxa de 5 anos (usada como base para financiamentos imobiliários) permanece em 3,50% ao ano, e a recuperação econômica continua desigual, com o setor exportador demonstrando resiliência, mas ainda coexistindo com fragilidades na demanda doméstica e no setor imobiliário, levando as autoridades a manterem postura cautelosa na condução da política monetária, já o Japão eleva a taxa de juros ao nível mais alto em mais de 30 anos, alcançando o patamar de 1% ao ano. No mercado doméstico, o ambiente no **Brasil** permanece desafiador para os ativos de risco. A bolsa brasileira registrou forte volatilidade no mês de maio, influenciada pela saída expressiva de capital estrangeiro, a maior observada desde 2022, movimento associado à realização de lucros por investidores internacionais e à migração de recursos para ativos norte-americanos, especialmente empresas de tecnologia, favorecidas pelo cenário de juros elevados nos Estados Unidos. Soma-se a esse contexto a repercussão das declarações do presidente norte-americano Donald Trump sobre a possibilidade de imposição de tarifas comerciais ao Brasil, aumentando a aversão ao risco e contribuindo para o desempenho negativo da renda variável brasileira. No campo inflacionário, os indicadores de junho continuam demonstrando pressão. O IPCA e o IPCA-15 apresentaram resultados acima das expectativas do mercado, reforçando a percepção de que a inflação permanece distante do centro da meta estabelecida pelo Banco Central. Esse cenário levou os agentes econômicos a revisarem suas expectativas para a política monetária, reduzindo as apostas em um ciclo mais intenso de cortes de juros. Ainda assim, o Comitê de Política Monetária promoveu novo ajuste na taxa Selic, que passou para 14,25% ao ano, sendo o 3º corte consecutivo. Apesar da redução, o Brasil continua figurando entre os países com as maiores taxas reais de juros do mundo, refletindo o esforço da autoridade monetária para conduzir a inflação à meta em um ambiente de expectativas ainda desancoradas. Em relação à atividade econômica, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro registrou crescimento de 1,1% no primeiro trimestre de 2026 em comparação com o trimestre anterior, resultado ligeiramente superior ao esperado pelo mercado. O desempenho foi sustentado pelo avanço da agropecuária, da indústria, dos serviços, pelo crescimento do consumo das famílias e pela recuperação dos investimentos. Diante desse contexto, o ambiente de investimentos permanece marcado por elevada volatilidade, influenciado pelas incertezas relacionadas à trajetória da inflação global, à política monetária das principais economias, aos riscos geopolíticos e ao comportamento do fluxo de capital estrangeiro, fatores que impactaram negativamente o desempenho dos ativos de renda variável ao longo do período. Em seguida, passaram à análise dos documentos encaminhados pelas

OK
Obanta

instituições financeiras para a **renovação do credenciamento** junto ao IPRES, conforme estipulado no art. 21, §2º, I da resolução 5.272/2025 c/c art. 106, II da Portaria 1.467/2022, quando após verificada toda documentação, foram aprovados, preenchido e assinados os formulários de recredenciamento à seguir: o administrador, BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., CNPJ nº 30.822.936/0001-69; o gestor, BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., CNPJ nº 30.822.936/0001-69; o custodiante, Banco do Brasil, CNPJ nº 00.000.000/0001-91; o administrador, Banco Bradesco S.A, CNPJ nº 60.746.948/0001-12; o gestor, Banco Bradesco S.A, CNPJ nº 60.746.948/0001-12; o emissor de ativos bancários, Banco BTG Pactual S.A., CNPJ nº 30.306.294/0001-45; O administrador, BTG Pactual Serviços Financeiros S.A DTVM, CNPJ nº 59.281.253/0001-23; o gestor, BTG Pactual Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, CNPJ nº 29.650.082/0001-00; o gestor, Caixa Distribuidora de Títulos e Valores S.A., CNPJ nº 42.040.639/0001-40; o administrador, Caixa Econômica Federal, CNPJ nº 00.360.305/0001-04; o gestor Itaú Unibanco Asset Management Ltda, CNPJ nº 40.430.791/0001-96; o administrador, Itaú Unibanco, CNPJ nº 60.701.190/0001-04; o administrador, Banco Santander S.A., CNPJ nº 90.400.888/0001-42; o gestor, Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda, CNPJ nº 10.231.177/0001-52; a gestora, XP Allocation Asset Management Ltda, CNPJ nº 37.918.829/0001-88; a Administradora XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., CNPJ nº 02.332.886/0001-04; a corretora, XP Investimentos Corretora e Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., CNPJ nº 02.332.886/0001-04; a gestora, XP Vista Asset Management Ltda, CNPJ nº 16.789.525/0001-98; a Administradora, Safra Asset Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., CNPJ nº 65.913.436/0001-17; a corretora, Safra Asset Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., CNPJ nº 65.913.436/0001-17; e a gestora, Safra Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, CNPJ nº 01.638.542/0001-57. Ressaltamos que toda documentação também passou por uma análise prévia da consultoria Lema Investimentos que em seguida a disponibilizou em seu sistema Uno, para utilização de todos os seus clientes. Logo depois, a sra. Cléia informou para conhecimento do Comitê que no dia 27/05/2026 foi realizada a 3ª chamada de capital do fundo "**XP Selection Prime Feeder Institucional FIP**", notificada através de e-mail encaminhado pela XP Investimentos, no percentual de 9,6% do valor subscrito de R\$1.000.000,00, totalizando a terceira transferência em R\$96.000,00. E ainda foi apresentado o e-mail encaminhado pela XP Investimentos no dia 05/06/2026 informando sobre mais um investimento realizado pelo fundo XP Selection Prime Master FIP, por meio da aquisição de cotas do fundo Hermeu Fundo de Investimento em Ações. Conforme informado pela gestora, a operação foi realizada em 15/04/2026 e representa

aproximadamente 4% do capital comprometido do fundo. O investimento foi estruturado por meio de uma operação do tipo Private Investment in Public Equities (PIPE), destinada à aquisição de ações da Rede D1000 (DMVF3), companhia do segmento varejista farmacêutico que possui mais de 300 lojas distribuídas nos estados do Rio de Janeiro, Distrito Federal e Mato Grosso, atendendo mais de 2,5 milhões de consumidores por mês, sendo atualmente a décima maior rede de farmácias do Brasil. A gestão destacou ainda que a companhia possui vantagens competitivas relevantes em razão de sua integração com a Profarma, uma das maiores distribuidoras farmacêuticas do país, fator que contribuiu para a decisão de investimento. Posteriormente, apresentou também a **oferta do fundo “Trend Pós-Fixado”**, realizada pela XP Investimentos no dia 02/06/2026, que foi encaminhado para a consultoria para verificar a viabilidade de aplicação, quando foi apresentada a manifestação da consultoria de investimentos LEMA Economia & Finanças acerca da análise do fundo TREND Pós-Fixado Responsabilidade Limitada FIC Renda Fixa Simples (CNPJ nº 26.559.284/0001-44), administrado pela Modal DTVM e gerido pela XP Asset Management. Conforme parecer técnico emitido pela consultoria, o fundo encontra-se devidamente enquadrado no Art. 7º, inciso I, da Resolução CMN nº 5.272/2025, segmento destinado a aplicações em títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos, apresentando elevado grau de segurança, liquidez e baixa exposição a riscos de mercado. A análise destacou que o fundo possui estratégia predominantemente pós-fixada, com rentabilidade acumulada de 14,71% nos últimos 12 meses e 43,71% nos últimos 36 meses, resultados muito próximos ao CDI e ao fundo Itaú Soberano, já integrante da carteira do Instituto. Também foi ressaltada a baixa volatilidade do produto, de apenas 0,02% em 12 meses, característica compatível com aplicações destinadas à gestão de caixa e à composição da parcela mais conservadora da carteira. Diante das informações apresentadas, a consultoria concluiu que o fundo está apto a compor a carteira do IPRES, observadas as diretrizes da Política de Investimentos e da legislação vigente, embora apresente estratégia e desempenho bastante semelhantes aos de outro fundo já existente na carteira do Instituto. O comitê ainda identificou em sua análise que se trata de um fundo ofertado por uma instituição S2, com avaliação da agência classificadora de risco Moodys como MQ1.br (Excelente), que de acordo com o “Ranking de gestores Anbima” o administrador possui no máximo 50% do seu PL oriundos de RPPS, que o fundo possui um patrimônio líquido em torno de R\$14.730.944.469,68, com taxa de administração de 0,15, sem taxa de performance, enquadrado no art. 7º, I, da Resolução 5272/2025, estando dentro do limite de até 90% estabelecido na Política de Investimento do RPPS, contando com o prazo de investimento compatível com o plano de Benefícios do IPRES, com prazo de desinvestimento D+0, com marcação a mercado, sendo apresentado

ad
1

um histórico de performance superior a 12 meses, com os seguintes tipos de risco: risco de solvência, de fundo investido, de mercado, de alteração na taxa de juros e cambial, de crédito, de liquidez, tributário, regulatório, de concentração, operacional e de mercado de derivativos. No entanto, após realizarem toda a verificação da documentação encaminhada identificaram que a gestora do fundo é a “Modal DTVM” que não é credenciada junto ao IPRES, decidindo por solicitar da gestora os documentos para efetivação do credenciamento para posterior realização de aportes do instituto. Prosseguindo com a reunião, a Sra. Cléia apresentou o extrato do fundo **BB RF Fluxo Soberano**, utilizado para o custeio da folha de pagamento dos benefícios do RPPS, que atualmente registra saldo de R\$ 1.395.203,08. Entretanto, em razão da permanência da inadimplência da Prefeitura de Sarzedo quanto aos repasses das contribuições patronais, situação que se estende desde agosto de 2025, este Comitê decidiu não promover a realocação desses recursos para outras modalidades de investimento. A medida visa preservar liquidez suficiente para garantir o pagamento de, pelo menos, três folhas de benefícios em ativo com disponibilidade imediata para resgate. Por fim, após análise do cenário econômico nacional e internacional, das perspectivas apresentadas pelo Relatório Focus, da trajetória esperada para as taxas de juros, do comportamento recente do câmbio, bem como das incertezas relacionadas ao ambiente geopolítico global e seus potenciais impactos sobre os mercados financeiros, este Comitê deliberou pela manutenção integral da atual estratégia de investimentos, não realizando, neste momento, quaisquer resgates, realocações ou alterações na composição da carteira de ativos do RPPS. O entendimento dos membros é de que a preservação do posicionamento atual se mostra a medida mais prudente, diante do elevado grau de incerteza dos mercados no momento. Nada mais havendo a tratar, eu, Cléia Lemos Barroso Teófilo da Silva, lavrei a presente ata, que, após lida, discutida e aprovada, foi assinada por mim e pelos demais membros presentes.

Cléia Lemos Barroso Teófilo da Silva

Fábio Henrique Gomes

Valdirene Araújo Lacerda Santos